RUFANDO BOMB NEWS Notícias sem rodeios

Sexta-Feira, 27 de Novembro de 2026

Toffoli adia julgamento e permite posse de deputado acusado de ligação com PCC

Brecha processual no TSE abre caminho para diplomação de Ney Santos antes de conclusão do caso

Um pedido de vista do ministro Dias Toffoli, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), criou uma abertura para que o deputado federal eleito Ney Santos (Republicanos-SP), investigado por suspeita de envolvimento com o PCC (Primeiro Comando da Capital), possa tomar posse na Câmara dos Deputados ainda que o julgamento sobre a validade de sua candidatura não tenha sido concluído.

O ministro interrompeu a análise do caso na última sexta-feira (20), logo após o relator Floriano de Azevedo Marques votar pelo indeferimento do registro de candidatura do ex-prefeito de Embu das Artes (SP) e pela anulação dos 118.566 votos recebidos por ele nas eleições de 2024.

Sem uma decisão definitiva da corte eleitoral sobre o mérito, a diplomação e a posse poderão transcorrer normalmente. Pelas normas internas do TSE, Toffoli dispõe de 30 dias para devolver o processo ao plenário. Contudo, esse prazo fica suspenso durante o recesso judiciário e as férias coletivas dos ministros.



Defesa de Zambelli pede que STF anule condenação por ataque hacker ao CNJ

Um especialista em direito eleitoral, Guilherme Barcelos, comenta que não há impedimento legal para a diplomação. "Não há impedimento jurídico para a diplomação. O candidato teve o seu pedido de registro de candidatura deferido pelo TRE-SP, e não há julgamento por parte do TSE que tenha revertido essa decisão, pelo menos não ainda. Assim sendo, mantido o atual panorama jurídico, o candidato deverá ser diplomado, a não ser que tenhamos uma reversão nesse meio tempo ou alguma decisão liminar sustando a diplomação", afirma.

Uma portaria do tribunal publicada em 11 de novembro estabelece a suspensão dos prazos entre 20 de dezembro deste ano e 31 de janeiro de 2027. Dessa forma, utilizando integralmente o prazo regimental, Toffoli pode devolver o processo apenas após 1º de fevereiro, data marcada para a posse dos deputados federais eleitos.



Ministros do STF veem como positiva indicação de Alckmin para Segurança

O regimento da Corte ainda permite que o ministro peça, mediante justificativa à Presidência do tribunal, uma prorrogação adicional de 30 dias. Nesta situação, a devolução do processo poderia ocorrer apenas em março, quando os parlamentares já estariam no exercício do mandato.

Além disso, mesmo após expirar o prazo de vista, não há garantia de conclusão imediata do julgamento. Após a devolução do processo, cabe ainda ao presidente do TSE agendar uma sessão para a análise do caso.

O gabinete de Toffoli, quando procurado, não respondeu sobre quando o ministro pretende devolver o caso para julgamento.

Resultado pode reshuffar composição da Câmara

Além de definir o futuro político de Ney Santos, o julgamento no TSE poderá reorganizar a distribuição das 70 cadeiras destinadas a São Paulo na Câmara dos Deputados.

No seu voto, Floriano sustentou que os 118.566 votos recebidos pelo deputado eleito sejam desconsiderados também para o Republicanos, o que poderá acarretar a perda de uma das seis vagas conquistadas pela sigla no pleito. Isso ocorre porque, nas eleições proporcionais, os votos individuais dos candidatos também contam para determinar quantas cadeiras cada partido conquista.



Governistas elogiam escolha de Lula por Trabuco para a Fazenda

O advogado Guilherme Barcelos detalha o processo: "Na hipótese de o TSE reformar a decisão do TRE-SP, decidindo, dessa maneira, pelo indeferimento do pedido de registro de candidatura, a consequência será a nulidade dos votos para todos os efeitos. Portanto, os votos obtidos pelo candidato não seriam computados para a legenda partidária (para o Republicanos, no caso). Daí em diante, seria realizado o recálculo dos quocientes eleitoral e partidário e uma nova totalização".

Conforme informações do advogado especialista em direito eleitoral Erick Pereira, se prevalecer por completo o voto do relator, a bancada do Republicanos em São Paulo cairia de seis para cinco deputados, enquanto a do MDB subiria de quatro para cinco parlamentares.

O beneficiado seria o ex-prefeito de São Bernardo do Campo Orlando Morando (MDB), que recebeu 102.086 votos e é o primeiro suplente da legenda.

A mudança ocorreria na distribuição das chamadas sobras eleitorais, etapa em que são preenchidas, com base nas médias de votação dos partidos, as vagas remanescentes após a distribuição inicial das cadeiras.

"Não há uma transferência dos votos de Ney Santos para o MDB. O que ocorre seria a exclusão desses votos do universo dos votos válidos e, consequentemente, uma nova distribuição das cadeiras para o sistema proporcional", explicou Pereira.

Investigações sobre ligação com PCC

Ney Santos é réu em uma ação penal decorrente da Operação Xibalba, conduzida pelo Gaeco (Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado), do Ministério Público de São Paulo.

O processo segue em tramitação desde 2016 e ainda não foi finalizado. Entre os andamentos mais recentes consta o agendamento da oitiva de testemunhas e do interrogatório de Ney Santos, marcados para setembro de 2027.

Conforme o MPSP, as investigações revelaram uma organização criminosa dedicada à lavagem de dinheiro proveniente do tráfico de drogas, atuante em cidades do interior paulista, incluindo Embu das Artes, município que era governado por Ney Santos.

Para o Ministério Público, o ex-prefeito seria um dos líderes do esquema, que teria utilizado a administração de postos de combustíveis para lavar os recursos ilícitos.

A acusação também alega que parte dos recursos teria financiado campanhas eleitorais do ex-prefeito, visando ampliar sua influência política e proteger as atividades da organização criminosa.

Na ação penal, Ney Santos responde por liderança de organização criminosa, cujas penas variam entre dois e oito anos de prisão, e por 130 episódios de lavagem de dinheiro, com penas entre três e dez anos para cada ocorrência.

Um dos principais pontos do voto do relator no TSE, ministro Floriano, é o entendimento de que não é necessária uma condenação criminal para impedir a candidatura de alguém vinculado a uma organização criminosa armada. Segundo sua interpretação, basta ser réu com provas suficientemente robustas de vínculo com o crime.

Esse entendimento diverge da posição adotada pelo TRE-SP (Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo), que permitiu a candidatura e pode gerar divergências entre os ministros do TSE.

Declarações de Ney Santos

Quando procurado, Ney Santos disse repudiar as alegações de vinculação com crime organizado e reafirmou que não existe qualquer condenação criminal que reconheça seu envolvimento com o PCC. Ele também esclarece que não responde pelo crime de tráfico de drogas. Sobre as acusações de lavagem de dinheiro e organização criminosa, Ney contesta "integralmente" as imputações.

"Os próprios agentes policiais que participaram das investigações, quando ouvidos em juízo, não confirmaram a suposta vinculação de Ney Santos ao PCC. O investigador afirmou expressamente que, em sua avaliação, Ney Santos não integrava a facção criminosa e que não havia encontrado provas de tráfico de entorpecentes. O delegado, por sua vez, esclareceu não ter formado convicção para indiciá-lo", declarou em nota enviada à reportagem.